



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GESTÃO EM COOPERATIVAS**

SAERLES DOS SANTOS OLIVEIRA

**AS TEORIAS SOBRE DESENVOLVIMENTO E SUA RELAÇÃO COM OS
INDICADORES SOCIAIS PARA O MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA - TO**

**ARAGUAÍNA
2017**

SAERLES DOS SANTOS OLIVEIRA

**AS TEORIAS SOBRE DESENVOLVIMENTO E SUA RELAÇÃO COM OS
INDICADORES SOCIAIS PARA O MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA - TO**

Trabalho apresentado à Universidade Federal do Tocantins - UFT, Campus de Araguaína, junto ao Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Pacífico Filho

ARAGUAÍNA
2017

SAERLES DOS SANTOS OLIVEIRA

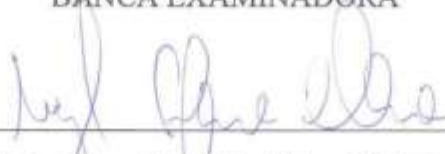
AS TEORIAS SOBRE DESENVOLVIMENTO E SUA RELAÇÃO COM OS
INDICADORES SOCIAIS PARA O MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA - TO

Trabalho apresentado à Universidade Federal do Tocantins - UFT, Campus de Araguaína, junto ao Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Pacífico Filho

Aprovado em: 22/09/2017

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Miguel Pacífico Filho (Orientador)



Prof. Dr. Luciano da Silva Guedes



Prof. Msc. Danielle Mastelari Levorato

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus por tudo! Por ter sido o meu apoiador nas horas de dificuldades; à minha família, que sempre esteve ao meu lado durante toda essa caminhada; ao meu professor orientador, pelo seu incentivo e dedicação que foram fundamentais para a conclusão deste trabalho; e a todos os professores do colegiado do curso de Gestão em Cooperativas, pelo ensino proporcionado durante todo o curso, contribuindo assim para essa graduação.

O Coração do homem pode fazer planos, mas a resposta certa vem dos lábios do Senhor. Confia ao Senhor as tuas obras, e os teus desígnios serão estabelecidos. (PROVÉRBIOS, Cap. 16, Ver. 1 e 3).

RESUMO

O presente trabalho objetiva discutir as teorias sobre Desenvolvimento, a saber, Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Social, aplicadas ao município de Araguaína. Localizada na região norte do Estado do Tocantins, Araguaína é parte central de uma região caracterizada pela expansão da chamada fronteira agrícola e apresenta índices de crescimento econômico e demográfico acima da média brasileira. O objetivo deste trabalho é verificar, à luz das discussões envolvendo as teorias do Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Social, como o crescimento recente do município reflete na vida cotidiana de seus habitantes. Para tanto, consideramos as variáveis apresentadas pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM), Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e as taxas de homicídio. Concluímos que as contradições existentes são significativas, observamos que Araguaína apresenta dados considerados adequados no que diz respeito ao Desenvolvimento Humano, baixo índice de Vulnerabilidade Social e taxas de homicídio muito acima da média nacional.

Palavras-chave: Crescimento Econômico. Desenvolvimento. Vulnerabilidade Social.

ABSTRACT

The present work aims to discuss as theories about Development, knowledge, Economic Development and Social Development, applied to the municipality of Araguaina. Located in the northern region of the state of Tocantins, Araguaina is a central part of a region characterized by the expansion of the so-called agricultural frontier and presents economic and demographic growth rates above the Brazilian average. The objective of this work is to verify the light of the discussions involving as Economic Development theories, as the recent growth of the municipality is reflected in the daily life of its inhabitants. For this we consider as variables presented by the Human Development Index (HDI), IDHM (Human Development Index of the Municipalities, IVS (Social Vulnerability Index) and homicide rates, and we conclude that since there are significant contradictions, Araguaina presents data Adequate content, Social Vulnerability Index and homicide rates far above the national average.

Keywords: Economic growth. Development. Social vulnerability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Localização do Município de Araguaína -TO	19
Figura 2- Localização do Estado do Tocantins	30
Figura 3- Localização do Município de Araguaína - TO.....	31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tabela de Índice de Vulnerabilidade Social.....	28
Tabela 2- Tabela de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.....	28
Tabela 3- Tabela de Índice de Homicídio para o Estado do Tocantins.....	30
Tabela 4- Tabela de Índice de Homicídio para o Município de Araguaína.....	31

LISTAS DE ABREVIATURAS

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IVS - Índice de Vulnerabilidade Social

PIB - Produto Interno Bruto

ONU- Organização das Nações Unidas

OMS- Organização Mundial da Saúde

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EPEA- Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	10
2.AS TEORIAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO.....	13
2.1.O Desenvolvimento Econômico.....	15
2.2.Desenvolvimento Social.....	17
3.CONTEXTO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DA CIDADE DE ARAGUAÍNA - TO: MIGRAÇÃO, CRESCIMENTO ECONÔMICO E DEMOGRÁFICO	18
3.1.Araguaína, Agronegócio e Fronteira Agrícola	21
4.DESENVOLVIMENTO HUMANO: AS VARIÁVEIS IDH E IDHM.....	24
4.1.Indicadores sobre o Município de Araguaína: Índice de Vulnerabilidade Social, Índice de Desenvolvimento Humano, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, Mortalidade Infantil e Indicadores de Violência.....	27
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	34

1. INTRODUÇÃO

O mundo vem passando por constantes transformações e, entre as mais recentes, podemos mencionar o surgimento da chamada modernidade líquida (Bauman, 2001) e a crise da sociedade salarial (Castel, 1998). Em contrapartida, organismos internacionais foram criados com o objetivo de discutir questões globais e apontar caminhos para o enfrentamento das muitas contradições das sociedades contemporâneas. Como exemplo, mencionamos a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), composta por 193 países, com o objetivo de manutenção e melhoramento dos níveis de qualidade de vida e contribuição para a elevação dos níveis de desenvolvimento em todos os sentidos do termo. Desde sua criação, no ano de 1945, em São Francisco (EUA), a ONU busca promover o crescimento e melhorar a qualidade de vida dentro de uma liberdade maior; utilizar as instituições internacionais para promoção do avanço econômico, social, cultural ou de caráter humanitário; bem como promover e estimular o respeito aos direitos humanos e as liberdades fundamentais de toda a população do globo, sem distinção de raça, credo, sexo, idioma ou cor.

A partir de então, foram criados os índices para se medir o crescimento e evolução da sociedade como um todo e para que seus direitos possam ser preservados. Segundo Altmann (1981), a expressão “indicadores sociais” surgiu nos EUA, em 1966. Foi veiculada em uma obra coletiva por Raymond Bauer (1966) e chamada Social Indicators. A finalidade desse estudo naquela época era avaliar os impactos da corrida espacial na sociedade americana. A observação da mudança da sociedade em termos socioeconômicos, dada a precariedade dos dados existentes, só pôde ser contornada por Bauer e seus colegas por meio da construção de indicadores de caráter social, isso permitiu uma análise aprofundada do conjunto das condições sociais, políticas, econômicas e teóricas.

A ONU utiliza os indicadores sociais para medir os avanços de cada país não só visando a parte econômica, mas também aspectos sociais como saúde e educação, buscando o bem estar da população. Aqui no Brasil, a instituição responsável pela apuração e divulgação dos índices sociais é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que torna público os índices no intervalo de dez anos, onde são apresentados dados atualizados referentes à população e suas diversas características.

Os indicadores apresentados no presente trabalho possibilita a percepção das características da população de Araguaína –TO. Para isso, buscamos entender como são medidos os índices de Vulnerabilidade Social, de Desenvolvimento Humano Municipal, de Desenvolvimento Humano e de Violência. Tais índices serão analisados à luz das discussões sobre desenvolvimento, considerando que a cidade é parte de uma região denominada como

fronteira agrícola e portadora de algumas das características inerentes a tais localidades. De acordo com Vieira Filho (2016),

por um lado, é nítido que há uma expansão da produção em direção ao Cerrado brasileiro (cerca de 22% da superfície do território brasileiro) com a incorporação da região do Matopiba (formada pelos estados do Maranhão, do Tocantins, do Piauí e da Bahia), notadamente na produção de grãos (VIEIRA FILHO, 2016, p. 7).

Portanto, Araguaína encontra-se inserida em região de atividade agrícola intensa, produz *commodities* para o mercado nacional e internacional e é exatamente esse contexto que nos interessa verificar: nuances da qualidade de vida no município. Para tanto, como já mencionado, demonstraremos alguns indicadores sociais.

A apresentação desses indicadores, bem como a contextualização do município de Araguaína, nos possibilitará demonstrar nosso objetivo de pesquisa, ou seja, de que maneira as teorias sobre Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Social se aplicam ao município à luz dos indicadores mencionados. Nossa hipótese de trabalho é a de que, inserido no contexto da chamada área de fronteira agrícola, o município de Araguaína enfrenta problemas característicos do crescimento acelerado.

O presente trabalho foi elaborado como pesquisa Bibliográfica, onde o tipo de análise utilizada para abordagem do assunto, foi investigação qualitativa e bibliográfica, na qual analisamos e colhemos informações a partir de artigos já publicados, bem como buscamos as instituições produtoras dos índices utilizados, a saber, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA).

É possível dizer que a produção de indicadores sociais no Brasil tem início durante o chamado período imperial no qual o único órgão com atividades estatísticas era a Diretoria Geral de Estatística, criada em 1871. Com a chegada da República houve a necessidade de ampliar essas atividades, principalmente depois da implantação do registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos. Com o passar do tempo, o órgão responsável pelas estatísticas no Brasil mudou de nome e de funções algumas vezes até 1934, quando foi extinto o Departamento Nacional de Estatística, cujas atribuições passaram aos ministérios competentes.

Segundo o IBGE, com a necessidade de um órgão capacitado para articular e coordenar as pesquisas estatísticas, foi criado, em 1934, o Instituto Nacional de Estatística - INE, que iniciou suas atividades em 29 de maio de 1936. No ano seguinte, foi instituído o

Conselho Brasileiro de Geografia, incorporado ao INE, que passou a se chamar, então, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Segundo IPEA (2013), no ano de 1983, o economista João Paulo dos Reis Velloso recebe um telegrama do então ministro do Planejamento, Roberto Campos, convidando-o para uma conversa. Naquele momento, começava a ser escrita uma página da história do Brasil contemporâneo: a criação do IPEA, órgão de pesquisa, reflexão e planejamento de políticas públicas e de macroeconomia. Velloso é surpreendido por Roberto com um convite: organizar um novo órgão que ajudasse o governo a formular o planejamento da economia numa visão estratégica de médio e longo prazo. Iniciou-se assim a criação do Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (Epea). O escritório ocupava um andar inteiro de um prédio na Rua Visconde de Inhaúma, no centro do Rio de Janeiro. Mas tinha apenas uma secretária. Velloso recebeu a tarefa de revisar o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). Lançado na gestão de Castelo Branco, o programa tinha duas linhas de atuação: políticas conjunturais de combate à inflação e reformas estruturais para remover os gargalos que travam o crescimento econômico do país.

O PAEG foi um grande avanço em relação aos anos 1950, porque propôs a conciliação entre crescimento e estabilidade de preços. Tem início aquilo que se denominou como desenvolvimentismo soft: a conciliação entre crescimento econômico e inflação baixa por meio de um programa estratégico. A transição para a democracia, no início dos anos 1990, foi um período difícil para a instituição. Em 1991, o presidente Sergei Soares assumiu o instituto em um período em que o IPEA estava bem abatido e sucateado. O presidente, com o passar do tempo, vivenciou a recuperação do prestígio e do escopo de atuação do IPEA.

Hoje, com seu Plano Estratégico para o próximo decênio, o IPEA renova seu compromisso com os melhores valores institucionais presentes desde seu primeiro dia de atuação: diversidade de visões; isenção e imparcialidade; excelência técnica; criatividade e inovação; e valorização das pessoas.

2. AS TEORIAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento é um fenômeno da natureza social que, em suas várias formas, pode ser percebido em situações que promovam mudança na qualidade de vida das pessoas. Nas propostas mais modernas, as teorias e metodologias buscam medir o desenvolvimento pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Apontando para outras dimensões, o desenvolvimento mostra-se em fatores sociais, demográficos e ambientais.

Segundo Ramos (2012), os critérios no nível de desenvolvimento de alguns países estão divididos em desenvolvido, subdesenvolvidos e emergentes. Tanto os subdesenvolvidos como os emergentes foram colônias de exploração que, após os processos de migrações, algumas conseguiram acumular riquezas, mas muitas dessas colônias exerceram e exercem um baixo grau de industrialização e apresentam dificuldades em se reestabelecer no sistema capitalista.

Segundo Oliveira (2002). Em meados de 1945, na conferência de São Francisco (Cerimônia de abertura das Nações Unidas), nasceu a necessidade de discutir e intensificar o termo *desenvolvimento*, porque, nessa época, ainda não estavam claras as distinções nos conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento – apesar das divergências em alguns pontos, esses conceitos se interligam porque em algumas percepções o desenvolvimento se destaca no crescimento econômico.

Observamos que, após a reformulação acerca dos processos de desenvolvimento, foi possível salientar algumas características econômicas, sociais, culturais e ressaltar os direitos humanos, cidadania, e ter como primazia a qualidade de vida das pessoas. Desse modo, a teoria do desenvolvimento, que surge em 1962 como um ramo específico da economia, centra esforços na discussão de questões como o desenvolvimento de um país, a crescente taxa de urbanização e o estado desempenhando o papel de modernização da educação, saúde e índice de desenvolvimento humano.

O desenvolvimento deve apresentar uma contínua e profunda transformação, não há possibilidade de falar em desenvolvimento apenas na área social, política, econômica, pois é necessária uma mudança global no padrão de vida da população. Assim, torna-se mais frágil a identificação do desenvolvimento em toda estrutura da sociedade, sem que haja problemas em distinguir crescimento econômico de desenvolvimento. Nesse sentido, Souza (1993) relata a existência de duas correntes de pensamento econômico sobre o tema: a primeira corrente encara o crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento, enquanto, na segunda, o crescimento econômico se torna uma condição indispensável para o desenvolvimento.

Segundo Oliveira (2002). Na primeira corrente estão os modelos de crescimento da tradição clássica (1978) e neoclássica (1980), como os de Harrod e Domar. Já na segunda corrente, estão os economistas de orientação crítica, formados na tradição marxista ou cepalina (CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), que conceitua o crescimento como uma simples variação quantitativa do produto, enquanto desenvolvimento é caracterizado por mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas. O desenvolvimento pode ser percebido em várias situações que promovam realmente mudanças, sendo elas coletivas ou individuais e que possam expor impacto positivo na vida das pessoas. Deve ser levado em conta o crescimento do nível de vida da população, isto é, renda, saúde, educação, níveis de consumo de alimentos, moradia, lazer, e crescimento da renda per capita. Nesse contexto, Vasconcellos e Garcia (1998) afirmam que:

o desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia) (VASCONCELLOS e GARCIA, 1998, p. 205).

Ou seja, o desenvolvimento deve ser observado como o avanço de um conjunto de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – aumento positivo no produto e na renda – transformado para compreender as mais diversificadas necessidades do ser humano. Scatolin (1989) relata que

poucos são os outros conceitos nas Ciências Sociais que têm-se prestado a tanta controvérsia. Conceitos como progresso, crescimento, industrialização, transformação, modernização, têm sido usados frequentemente como sinônimos de desenvolvimento. Em verdade, eles carregam dentro de si toda uma compreensão específica dos fenômenos e constituem verdadeiros diagnósticos da realidade, pois o conceito prejudica, indicando em que se deverá atuar para alcançar o desenvolvimento. (SCATOLIN, 1989, p. 06).

O desenvolvimento é um conceito que pode ser percebido em vários outros fenômenos, que podem trazer a mesma base para seus diagnósticos para a realidade,

mostrando assim as mudanças que, de fato, impactam positivamente na vida das pessoas para melhor, sem que haja uma controvérsia entre o conceito e a realidade.

Nesse sentido, Becker (2000) afirma que, para atingir o desenvolvimento, é necessário superar dois desafios: o primeiro, criar alternativas para reconciliar os diversos aspectos do processo de desenvolvimento político, econômico, tecnológico, ambiental, cultural e social; o segundo desafio é recuperar a possibilidade de fazer renascer no indivíduo a diferença, o plural e o diverso. Desse modo, para haver desenvolvimento, é necessário que haja mudanças na infraestrutura, moradia, saneamento básico, ou seja, na qualidade de vida das pessoas, com um melhoramento que proporcione à população as mínimas condições dignas para se viver.

2.1.O Desenvolvimento Econômico

O desenvolvimento econômico é um processo de acumulação de capital que se caracteriza com o aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante. (PEREIRA, 2006). O desenvolvimento econômico de uma região se dá no aumento da atividade industrial em comparação com a atividade agrícola, migração de mão de obra do campo para a cidade e menor dependência de auxílio externo. O desenvolvimento de cada região depende de suas próprias características como situação geográfica, extensão rural, cultura, população e riquezas naturais. Neste contexto, Vieira e Santos (2012) afirmam:

as políticas de desenvolvimento objetivavam promover a atração de investimentos acompanhados de inserção tecnológica, para aumentar a produtividade do trabalho e, conseqüentemente, a competitividade regional, negligenciando fatores internos, culturais e sociais que contribuem para a riqueza empresarial, mas, sobretudo, para a riqueza humana em um determinado território (VIEIRA e SANTOS, 2012, p. 364).

Mankiw (1999, p. 4) afirma que, “Economia é o estudo da forma pela qual a sociedade administra seus recursos escassos”. Quando uma região produz sua própria economia utilizando-se de suas potencialidades, ela gera riqueza trazendo à população independência econômica. Podendo assim afirmar que o desenvolvimento econômico preza pela melhoria na qualidade de vida, moradia, higiene, elevação nas condições de saúde e outras variáveis sociais. Ainda nessa mesma linha de argumentação, Sousa (2005) explica:

Desenvolvimento econômico define-se, portanto, pela existência de crescimento econômico contínuo, em ritmo superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças de estruturas e melhorias de indicadores econômicos, sociais e ambientais. Ele compreende um fenômeno de longo prazo, implicando o

fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia de mercado, a elevação geral da produtividade e do nível de bem estar do conjunto da população, com a preservação do meio ambiente. (SOUZA, 2005, p. 7).

Dessa forma, o aumento da riqueza pela da concentração da produtividade faz com que haja independência econômica da população. Assim, as alterações econômicas por meio da produção e consumo dos bens e serviços causam aumento na qualidade de vida da sociedade. Bresser-Pereira (2006) relata que desenvolvimento econômico pressupõe acumulação de capital e aumento da produtividade, culminando com crescimento sustentado da renda por habitante e melhoria dos padrões de vida da população de um país. Assim, de acordo com os autores mencionados, o desenvolvimento econômico beneficia de forma direta a população, já que a riqueza investida proporciona a melhoria do bem-estar dos habitantes.

Neste contexto, Furtado (2000) afirma que as primeiras ideias sobre desenvolvimento econômico o definiam como um mero aumento do fluxo de bens e serviços. Tais ideias foram progressivamente substituídas por argumentos que faziam referência às transformações do conjunto de uma sociedade, ligando este fluxo de bens e serviços à satisfação das necessidades humanas. Desse modo, Sen (2000) defende que:

(...) o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou inferência excessiva de Estados repressivos (...) (SEN, 2000, p. 18).

O desenvolvimento econômico deve trazer melhoria na qualidade de vida das pessoas, fazendo com que as transformações trazidas sejam positivas e que suas necessidades básicas sejam atendidas.

2.2.Desenvolvimento Social

O desenvolvimento social tem uma importante característica própria, a sua subjetividade é independente de cada indivíduo e há alguns fatores que contribuem para essas características, como um emprego digno, acesso à moradia, atendimento médico adequado e o acesso à educação. Quando se pensa em desenvolvimento social, deve-se pensar em justiça social, integração social e bem-estar social. O conceito requer enfrentar questões sociais e diretrizes humanas. Deste modo:

Tratar o tema do desenvolvimento social requer, antes de mais nada, enfrentar a questão das iniquidades sociais de toda ordem - gênero, raça, renda, emprego, acesso universal a bens de consumo coletivo, dentre outros - que marcam nossa sociedade, sem restringi-las à dimensão única da pobreza. (LAMPREIA, 1995, p. 17).

Trata-se, portanto, da busca pela redução da pobreza e da efetiva aplicação de direitos de todos os cidadãos, incentivando a educação para fins econômicos e aumento no acesso à saúde que, em todos os sentidos, é o fator mais predominante e inerente ao desenvolvimento social, trazendo benefícios tanto para a comunidade como para todo o país de forma igualitária. Como também afirmam Araujo e Drewnoski (1975):

(...) a planificação do desenvolvimento não pode ser exclusivamente social ou econômica, embora na prática ocorra quase sempre o predomínio do planejamento econômico (...) para ele, somente os objetivos sociais, que implicam melhoria dos níveis de vida e de bem estar podem ser considerados como fins do desenvolvimento, enquanto que os objetivos econômicos (...) são apenas fins intermediários, cujo único valor é contribuir para os objetivos finais já aludidos. (ARAUJO, 1975, *apud* DREWNOSKI, 1966, p. 518).

No desenvolvimento social, pode-se referir tanto ao capital humano como social dentro da sociedade. É necessária a evolução dos indivíduos, com um processo de melhoria na qualidade de vida, sendo o bem-estar um projeto permanente. Desse modo, em uma comunidade com qualidade de vida elevada, será possível a percepção de um desenvolvimento progressivo contribuinte para o crescimento do país. Ammann (1980) defende que:

o processo através do qual os esforços do próprio povo se unem aos das autoridades governamentais com o fim de melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, integrar essas comunidades na vida nacional e capacitá-las a contribuir plenamente para o progresso do país. (AMMANN, 1980, p.108)

Para se perceber o desenvolvimento de um país, é necessário que seja visível uma distribuição igualitária de renda, de modo que se perceba uma justiça social, superação na dimensão econômica, com empregos que englobam os níveis mais vulneráveis da sociedade, democratizando os direitos e cidadania em todos os níveis sociais e de gênero. O desenvolvimento social não deve ser uma situação momentânea, mas um crescimento progressivo para a extinção da pobreza.

3. CONTEXTO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DA CIDADE DE ARAGUAÍNA - TO: MIGRAÇÃO, CRESCIMENTO ECONÔMICO E DEMOGRÁFICO

O surgimento da cidade de Araguaína ocorreu de forma desordenada e, segundo informações do IBGE, foram os silvícolas da tribo dos Carajás os primeiros habitantes da extensa área que mais tarde constituiria a maior parte do atual município de Araguaína. Em 1876, chegaram ao local migrantes do estado do Piauí, e ali se estabeleceram.

Em 1936, o povoado recebe o primeiro destacamento policial e, em 8 de outubro de 1948, foi criado o município de Filadélfia, pela lei estadual nº 154. Três meses depois, no dia 1º de janeiro de 1949, o povoado Lontra foi integrado ao município, tendo, no mesmo ano, o nome alterado de povoado Lontra para povoado Araguaína devido ao rio Araguaia. Alguns anos depois, em 1953, o povoado Araguaína, com um bioma predominante do Cerrado e Amazônia, tornou-se distrito pela lei estadual nº 2.12 e, em 1958, foi criado o município de Araguaína, com uma área de 3.920 Km² sendo oficialmente instalado em 1º de janeiro de 1959. O mapa a seguir demonstra a localização do município de Araguaína.

Figura 1: Localização da Cidade de Araguaína - TO



Fonte: IBGE

Segundo Becker (1990), com a expectativa de abertura da rodovia Belém-Brasília, agricultores sem terras, posseiros, sobretudo nordestinos, se deslocavam para a região, e, após se beneficiarem das matas, foram expropriados tendo que migrar para pequenos povoados e periferias de cidades. Houve a expansão da agricultura e pecuária por meio de vários fazendeiros do Centro-Sul que importaram técnicas do Sudeste com o objetivo de melhorar a produção e a genética do gado. Através destas evoluções, ocorre uma mudança na forma de consumo das pessoas que passaram a demandar produtos industrializados.

Desse modo, após a abertura da rodovia Belém-Brasília, Araguaína passou por um desenfreado processo de urbanização, desencadeando o seu crescimento econômico e social. A partir de 1960, o município atingiu um crescimento sem precedentes, no estado de Goiás, se destacando em crescimento econômico e demográfico em relação às demais cidades próximas e mais antigas. Após a construção da rodovia Belém-Brasília, houve a possibilidade do acesso da cidade de Araguaína a outras regiões, onde não ocorreu a necessidade da permanência da via fluvial que era usada de forma precária, mas que, naquela época, era a opção mais rápida. Ao entorno da rodovia foram abrindo vários comércios, concessionárias de caminhões, de tratores e oficinas de manutenção, a rodovia possibilitou a transformação econômica da

cidade e foi também uma importante via de ligação entre vários municípios vizinhos possibilitando a migração.

Neste período, a economia primária estava centrada no coco babaçu, seguido pelo arroz, amendoim e algodão, além da extração de madeira e peles de animais silvestres, que intermediados pelas cidades goianas de Anápolis e Goiânia chegavam até o Sudeste brasileiro (VALVERDE e DIAS, 1967). Houve grande fluxo de migrantes vindo de vários lugares do país, por diversos motivos, e, por consequência da pavimentação da rodovia, vários operários acabaram permanecendo na cidade. Deste modo, ocorreu a instalação do Banco do Brasil, no ano de 1965. De 1980 a 1986, Araguaína foi a quarta maior cidade do estado do Goiás, atrás somente de Anápolis, Luziânia e Goiânia.

Em 1988, ocorreu a criação do estado do Tocantins e Araguaína tornou-se a maior cidade do Estado recém-criado. Em 1989, por questões políticas e econômicas, foi decidida a criação da futura capital, a cidade de Miracema, que ficou como capital provisória. Em 1º de janeiro de 1990, Palmas tornou-se a capital definitiva e no decorrer de uma década tornou-se a maior cidade do estado.

Segundo o IBGE (2017). Atualmente, Araguaína possui uma população de 175.960 habitantes, sendo a segunda maior força econômica do estado do Tocantins. De acordo com Moraes (2014), entre as principais empresas, tem-se a presença dos frigoríficos: Minerva e Masterboi; empresas de outros segmentos como Laticínios Biana, Curtumes Durlicouros; e a Gelnex, dedicada à extração do colágeno bovino, entre outras.

Em termos de localização geográfica, é possível dizer com maior precisão que

a Microrregião Geográfica (MRG) de Araguaína pertence à mesorregião Ocidental do Tocantins e está localizada na porção norte do Estado. Possui uma área de aproximadamente 26.000 km² e uma população estimada em 260.498 mil habitantes (IBGE/SIDRA 2010). É composta por 17 municípios, entre eles o de Araguaína, que dá nome a microrregião e é o 2º mais importante centro econômico e populacional do Estado do Tocantins, ficando atrás apenas da capital Palmas. (GUEDES, BRITO 2014, p. 95).

Essa centralidade do município de Araguaína apresenta significativos desdobramentos. Ao polarizar o fornecimento de serviços de diversas naturezas, estabelece para si um lugar na hierarquia de classificação dos centros urbanos capaz de lhe equiparar a outras cidades de reconhecida projeção nacional. Segundo Moraes (2014),

de acordo com a nova dinâmica da rede urbana brasileira, apresentada pelo IBGE (2012), em quatro décadas, a hierarquia dos centros se alterou. Segundo o órgão, os centros de segundo nível mudaram de status, conforme dados do IBGE. No segundo nível, das capitais regionais, há alguns centros que em 1966, eram classificados no terceiro nível, o dos centros sub-regionais. São exemplo deste movimento ascendente, no Norte do País, Porto Velho (RO), Rio Branco (AC), Marabá e Santarém (PA), e Macapá (AP); no Nordeste, Imperatriz (MA) e Barreiras (BA); no Centro-Sul, Volta Redonda- Barra Mansa (RJ), Santos e São José dos Campos (SP), Cascavel (PR), Dourados (MS). E existem casos mais extremos que são os de Boa Vista (RR), de Araguaína (TO), de Ipatinga- Coronel Fabriciano-Timóteo (MG) e de Novo Hamburgo-São Leopoldo (RS), que saltam do quarto nível para o segundo, e o de Palmas, criada em 1989, também no segundo nível” (IBGE, 2012, p. 6). Em tal contexto, a cidade de Araguaína aparece como a única cidade média no norte do Tocantins, sendo caracterizada como capital regional B, ou seja, uma cidade que polariza 52 outras localidades em seu entorno (MORAIS, 2014, p. 53-54).

Classificada como capital regional B e polarizadora de mais de 5 dezenas de municípios, Araguaína apresenta ainda uma outra variável significativa e estruturante das condições apontadas acima, a saber, a inserção em área conhecida como fronteira agrícola.

3.1. Araguaína, Agronegócio e Fronteira Agrícola

O agronegócio presente no município de Araguaína inicialmente foi resultado de um processo histórico de formação do município, baseado na agropecuária que se desenvolveu no transcorrer do tempo, entre os anos de 1960 e persiste até os dias atuais. Segundo Moraes (2014), Araguaína se destaca como um polo em relação aos demais municípios tocantinenses pela sua expressividade econômica e política no cenário regional, devido à dinâmica de seus setores econômicos (serviços, comércio, agropecuária, indústria), pois o agronegócio é marcado pela intensificação da produtividade e da incorporação de tecnologia aplicada à produção, com o objetivo de atender as demandas geradas pelo capital. Nesse contexto, Romão (2006, p. 2) relata que “o discurso do agronegócio constrói uma organização de sentidos, com potência e riqueza como se eles fossem partilhados igualmente por todos, construindo de maneira homogênea e geradores de um bem-estar coletivo”. Assim, a sociedade acaba vivenciando um elo imaginário com o agronegócio que se torna a representação de um sentido absoluto de força.

Segundo o IBGE (2017). Desde a criação do Tocantins, em 05 de outubro de 1988, a pecuária começou a ser praticada em pequena escala no município e atualmente se tornou

uma das principais cadeias produtivas do agronegócio tocantinense, no qual a principal atividade econômica desenvolvida é a criação de gado bovino de corte. No Tocantins são abatidos atualmente mais de 8,5 mil cabeças e, em Araguaína, esse número chega a 223,985 cabeças por dia.

Entre as atividades do agronegócio que mais se destacam no município, além da pecuária, temos a agroindústria frigorífica, sendo essa atividade responsável pelas maiores articulações do município com o mercado internacional e nacional.

Através da integração do agronegócio, Araguaína se tornou um espaço capitalista de produção, distribuindo produtos industrializados nacionais e mundiais, na produção pecuária, (herbicidas, fertilizantes, inseticidas, etc.), nutrição animal, máquinas e equipamentos. Contini (2001) discorre que o agronegócio abrange atividades econômicas ligadas à agricultura (produção de fertilizantes, defensivos, corretivos), à produção agrícola (lavoura, pecuária, florestas e extrativismo), à agroindustrialização dos produtos primários e ao transporte e comercialização de produtos primários e processados.

Lima (2012) nos diz que a cidade de Araguaína já pode contar com serviço de Inspeção Federal, observando que o município tem um dos maiores frigoríficos do estado onde o abate de bovinos é destinado à exportação. A carne e os derivados são importados a diversas regiões brasileiras e exportados para vários países, especialmente da Ásia e Europa. A exportação abrange carnes, com ou sem osso, miúdos, couro, ossos que se transformam em ração animal, conforme a cultura dos países importadores, com a capacidade de exportar, por dia, 1.261 cabeças de bovinos abatidos.

Segundo Guedes (2014). Araguaína possui 20% do rebanho do estado: de um total de 1,6 milhão de cabeças, 237 mil estão no município de Araguaína, o que equivale a 14% do total da microrregião. Entre 1990 e 2000, houve uma queda no número de bovinos no município, cerca de 55%, devido a uma grande parte de sua área territorial ter sido desmembrada em alguns de seus distritos, dentre eles o de Santa Fé do Araguaia.

Morais (2014) discorre que nas cidades médias, no Brasil, os índices de crescimento populacional apresentados nas últimas décadas são superiores às grandes cidades. Dentro de um contexto regional, escolhemos como recorte territorial a cidade de Araguaína, que se destaca dentro do sistema de cidades tocantinenses por apresentar um desenvolvimento acirrado pela expansão do comércio local e pela vigência dos serviços especializados. Ressaltamos que o crescimento apresentado por Araguaína é um processo socioespacial que converge também na formação do seu espaço regional.

Araguaína possui características bem relevantes como sua posição geográfica em relação às cidades do mesmo porte, onde as condições e estruturas são capazes de polarizar as cidades menores a sua volta. A cidade exerce a função de centro de crescimento econômico, pois oferece possibilidade de emprego a grande parte da população, e mostra-se capaz de receber imigrantes da zona rural e de pequenas cidades, servindo de amparo para o fluxo migratório.

É igualmente possível dizer que todas as dinâmicas expostas até aqui dizem respeito à chamada modernização da produção agrícola brasileira e, nesse aspecto, é necessário ressaltar o papel desempenhado pelas chamadas políticas públicas através das quais dois Programas tiveram impacto direto na produção agrícola em que Araguaína está inserida, a saber, PRODECER e POLOCENTRO. De acordo com Inocêncio e Calaça (2009),

O processo de modernização do campo tem sido determinado de fora para dentro do setor agropecuário, a partir da indústria e do capital industrial, que contam usualmente com a ajuda do Estado, através de políticas públicas direcionadas. A modernização agrícola no Cerrado ocorreu por intermédio de diferentes formas de intervenção estatal na economia, que aqui denominamos de políticas públicas, entendidas enquanto o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas. Dentre políticas públicas que intervieram diretamente sobre as terras do Cerrado, merece destaque o POLOCENTRO, Programa de Desenvolvimento dos Cerrados e o PRODECER, Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento do Cerrado. (INOCÊNCIO e CALAÇA, 2009, p. 3).

Entre os dois Programas mencionados acima, o PRODECER foi aquele que maior impacto teve sobre as regiões de cerrado brasileiro e que trouxe os desdobramentos sobre a produção agrícola tocantinense como a conhecemos hoje. Destinado ao abastecimento do mercado de *commodities* internacional, tratava-se do

Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado. Este programa foi criado em 1979, dentro do II PND, Plano Nacional de Desenvolvimento, Programa governamental de integração regional desenvolvido no período dos governos militares e que continha planos específicos para o Cerrado. O Programa visava fortalecer a ocupação do Cerrado com bases técnicas e gerenciais modernas, através do acordo firmado entre o Brasil e o Japão para a produção de soja no Cerrado. (INOCÊNCIO e CALAÇA, 2009, p. 5).

Portanto, pode-se afirmar que a dinâmica observada no município de Araguaína no início do século XXI tem suas origens em políticas públicas originárias na década de 80 do século XX. As dinâmicas de desenvolvimento dessas políticas públicas deram origem a uma nova discussão acerca das questões sociais e econômicas por elas geradas, a saber, a noção de fronteira ou fronteira agrícola. Nesse sentido, Inocêncio e Calaça (2009) mencionam uma definição de fronteira a qual repetiremos aqui por entendermos se adequar aos dados contraditórios que obtivemos a partir dos indicadores pesquisados para Araguaína. A definição é do sociólogo José de Souza Martins

(...) a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular. A primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. (MARTINS, 1997, p. 150).

Portanto, pode-se entender a fronteira como o lugar do contraditório e muitas vezes do conflito. A partir desse ponto, passamos a expor alguns dos índices que selecionamos com o objetivo de verificar como todos os fatores acima mencionados geraram seus reflexos em aspectos cruciais da população residente em Araguaína.

4. DESENVOLVIMENTO HUMANO: AS VARIÁVEIS IDH E IDHM

O Atlas Brasil (2013) defende que o desenvolvimento humano deve ser visto como um processo que expande a liberdade das pessoas, precisa estimular as capacidades e oportunidades que estão a sua disposição, para que os indivíduos possam escolher as possibilidades como viver sua própria vida.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2017), o desenvolvimento humano tem como característica olhar diretamente para as pessoas. Defende que, para medir o avanço na qualidade de vida das pessoas, é preciso ir além do pensamento econômico, precisam ser consideradas as características sociais que influenciam o bem-estar das pessoas.

O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é um índice que faz comparação entre os países, com objetivo de medir o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida à população. O relatório anual de IDH é elaborado pelo Programa das Nações

Unidas para o Desenvolvimento. Esse índice é calculado com base em dados econômicos e sociais, é também usado para apurar o desenvolvimento de cidades, estados e regiões.

Para se calcular o IDH, são observados os seguintes fatores: educação (anos médios de estudos), longevidade (expectativa de vida da população) e Produto Interno Bruto per capita. Para Fukuda-Parr e ShivaKumar (2007),

(...) Entretanto o aumento da renda não assegura por si só aquilo que as pessoas prezam e valorizam. Por exemplo, níveis de poluição ambiental, segurança, crime e violência doméstica, ou a qualidade da educação e do atendimento de saúde podem não estar associados a níveis de renda, de uma forma previsível. O uso do que é feito da renda adicional e o seu impacto na qualidade de vida das pessoas precisam ser igualmente considerados. [...]O crescimento da renda per capita não pode constituir o critério dominante para julgar o bem-estar das sociedades. (FUKUDA-PARR e SHIVAKUMAR, 2007, p. 25)

O aumento na renda per capita não assegura todos os direitos como educação de qualidade e segurança que são itens básicos para a qualidade de vida da população.

Sen (2000) explica que a liberdade é essencial ao processo de desenvolvimento por duas razões. A primeira diz respeito à avaliação: a apreciação do progresso tem de ser feita em termos do alargamento das liberdades das pessoas. A segunda diz respeito à eficácia do desenvolvimento que depende da ação livre das pessoas. O que as pessoas podem efetivamente realizar é influenciado pelas oportunidades econômicas, pelas liberdades políticas, pelos poderes sociais e por condições de possibilidade como a boa saúde, a educação básica, o incentivo e estímulo às suas iniciativas.

A importância da liberdade individual no conceito do desenvolvimento relacionada à avaliação e à eficácia, mostra que o sucesso de uma sociedade deve ser percebido por ações concretas de que seus membros possam gozar. Ter liberdade para fazer algo que possa contribuir pra si mesmo; melhorias e condições para o sucesso e para a eficácia social.

O papel avaliativo da liberdade é assim chamado porque o progresso deve ser avaliado segundo o grau de expansão das liberdades das pessoas. Este papel é essencial, constitutivo e “definidor” do desenvolvimento. Ou seja, desenvolvimento é liberdade, sob a ótica avaliativa. Por sua vez, o papel instrumental associa-se às inter-relações causais entre os diversos tipos de liberdades. Ao desempenharem o seu papel instrumental, as liberdades e os direitos dos indivíduos podem contribuir efetivamente, como instrumentos, para o progresso econômico.

O Índice de Desenvolvimento Humano, portanto, é um medidor da qualidade de vida da população que leva em conta vários fatores sociais como educação e uma boa expectativa

de vida da população, mas que também agrega valores ambientais como segurança, liberdade e igualdade, que possam nivelar as oportunidades gerando a possibilidade de um desenvolvimento humanizado não para uma parte da população, mas para todos.

Podemos observar que, para medir o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), pode-se usar os mesmos mecanismos do IDH: educação, longevidade e renda. Segundo Atlas Brasil (2012), no IDHM, uma vida saudável e longa deve ser medida pela expectativa de vida ao nascer, calculada a partir de tabelas de sobrevivência padrão, que caracteriza informações importantes para registros, bem como dos Censos Demográficos.

A expectativa de vida ao nascer aponta número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do seu nascimento, mantendo os modelos verificados no ano de referência, o nível de mortalidade e os riscos de morte que podem atingir a população dos municípios, onde pode ser refletido com bastante clareza as condições socioeconômicas da população. O crescimento no IDHM Longevidade pode indicar melhoria nas condições de vida e no acesso à saúde da população.

O acesso à educação e ao conhecimento é fundamental para aumentar as escolhas das pessoas. O bem-estar é fundamental para a qualidade das liberdades individuais, da autonomia e da autoestima.

Segundo Atlas Brasil (2013), no IDHM, o acesso ao conhecimento é medido pela escolaridade da população adulta, medido pelo percentual de pessoas de 18 anos de idade ou mais, com ensino fundamental completo. O fluxo escolar da população jovem é medido pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental – 6º ao 9º ano –, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo.

Os recursos indicam que o processo de desenvolvimento ocorre na livre privação das necessidades básicas dos indivíduos. Como a renda per capita aponta para a capacidade média de aquisição de bens e serviços por parte dos habitantes, o acesso a necessidades básicas deve garantir um padrão de vida digno, sendo medido pela renda municipal mensal per capita. Ou seja, a renda média mensal dos indivíduos residentes em determinado município.

4.1. Indicadores sobre o Município de Araguaína: Índice de Vulnerabilidade Social, Índice de Desenvolvimento Humano, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, Mortalidade Infantil e Indicadores de Violência

A vulnerabilidade social é conceituada com características que mostram as condições dos grupos de indivíduos que estão à margem da sociedade e de pessoas ou famílias que estão em processo de exclusão social, principalmente por fatores socioeconômicos. Algumas das principais características que apontam o estado de vulnerabilidade social são as condições precárias de moradia e saneamento, os meios de subsistência inexistentes e a ausência de um ambiente familiar.

Esses fatores mostram o estágio de risco social, quando o indivíduo perde as condições de usufruir os mesmos direitos e deveres dos outros cidadãos, devido ao desequilíbrio socioeconômico e geralmente precisam de auxílios de terceiros para garantir a sua sobrevivência. Nesse contexto, Vignoli e Filgueira (2001) afirmam que:

o conceito de vulnerabilidade ao tratar da insegurança, incerteza e exposição a riscos provocados por eventos socioeconômicos ou ao não-acesso a insumos estratégicos apresenta uma visão integral sobre as condições de vida dos pobres, ao mesmo tempo em que considera a disponibilidade de recursos e estratégias para que estes indivíduos enfrentem as dificuldades que lhes afetam. (Vignoli e Filgueira, 2001 *apud* AMBRAMOVAY, 2002, p. 34-35).

A vulnerabilidade social é medida através da linha de pobreza e inclui tais situações, mas não está restrita a ela, e é calculada através dos hábitos de consumo das pessoas. Os indivíduos e grupos em vulnerabilidade social encontram-se em deficiência do bem-estar básico e do acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais que provêm do Estado e da sociedade.

O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), é um índice que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo a 1, maior é a vulnerabilidade social de um território. Quanto mais próximo de 0, menor a vulnerabilidade social. De acordo com Atlas da Vulnerabilidade (2011), para os municípios que apresentam IVS entre 0 e 0,200, considera-se que possuem muito baixa vulnerabilidade social. Valores entre 0,201 e 0,300 indicam baixa vulnerabilidade social. Aqueles que apresentam IVS entre 0,301 e 0,400 são de média vulnerabilidade social, ao passo que, entre 0,401 e 0,500, são considerados de alta vulnerabilidade social. Qualquer valor entre 0,501 e 1 indica que o município possui muito alta vulnerabilidade social.

Já para se medir o IDHM, é preciso usar de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. Vida longa e saudável é medida pela expectativa de vida ao nascer, calculada a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE. Esse indicador mostra o número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões de mortalidade observados no ano de referência. E o padrão de vida é medido pela renda municipal per capita, média de cada residente de determinado município: é a soma de todos os residentes dividida pelo número de pessoas que moram no município - inclusive crianças e pessoas sem registro de renda.

Segundo Atlas Brasil (2013), na avaliação geral, o índice de desenvolvimento humano de Araguaína superou os indicadores nacionais na Educação, com 0,63 contra 0,54. No quesito Longevidade, a média municipal foi de 0,821, enquanto a nacional foi de 0,816. Já no indicador Renda, a cidade ficou abaixo do índice nacional, apresentando 0,727 contra 0,739. No ranking do cálculo da renda per capita, Araguaína está na 888ª posição, pois sua renda mensal é de 737,63, sendo que a renda média do país é de 793,87.

A Mortalidade Infantil também foi avaliada. A plataforma registrou o número de mortes de crianças menores de um ano de idade a cada 1000 habitantes. A média nacional foi de 16,70 e Araguaína ficou abaixo deste índice, com 13,10. A probabilidade de sobrevivência após os 60 anos também fez a cidade superar a média nacional com indicadores de 88,08, contra 84,05. A seguir, tabelas com o cálculo do IVS e IDHM.

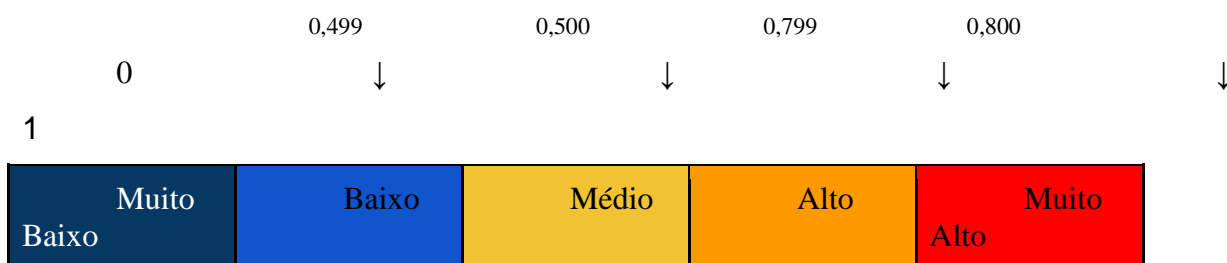
Tabela 1: Índice de Vulnerabilidade Social

Índice de Vulnerabilidade Social					
	0	0,200	0,300	0,400	0,500
		↓	↓	↓	↓
1					
	Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

Fonte: IPEA

Tabela 2: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal



Fonte: IPEA

Índice de Prosperidade Social para o Tocantins

IVS		IDHM		= Prosperidade Social
0,336	X	0,699		Médio

Índice de Prosperidade Social para Araguaína

IVS		IDHM		= Prosperidade Social
0,243	X	0,752		Muito Alta

A análise da junção do Desenvolvimento Humano Municipal com a Vulnerabilidade Social que se denomina aqui de Prosperidade Social, mostra a existência dos dois conceitos o *Alto* Desenvolvimento Humano com a *Baixa* Vulnerabilidade Social, indicando que na região onde ela se verifica, ocorre uma trajetória de desenvolvimento humano menos vulnerável e socialmente mais evoluído. A Prosperidade Social à qual nos referimos, reflete uma situação em que o desenvolvimento humano se instala em bases sociais grandes, onde o capital familiar e escolar apresentam as condições de inserção no mercado de trabalho e garantem condições de moradia e de acesso à infraestrutura urbana da população. Quando vamos apresentar a perspectiva da prosperidade social devemos olhar como primazia as condições de vida no meio social.

No mapa a seguir, podemos observar a localização do Estado do Tocantins e, posteriormente, a progressão dos dados para número de homicídios por 100 mil habitantes no Estado. Observa-se que há um aumento significativo no índice entre os anos de 2010 e 2015.

Figura 2: Localização do Estado do Tocantins e taxas de homicídio



Fonte: IPEA

Tabela 3 – Índice de homicídios para o Estado do Tocantins

Taxa de homicídio no Estado do Tocantins por 100 mil habitantes	
2010	23,60
2011	25,80
2012	26,70
2013	23,60
2014	25,50
2015	33,20

Fonte: IPEA

O Tocantins ficou em terceiro lugar no ranking dos Estados onde houve maior aumento do índice de violência, 158%, ficando atrás apenas do Rio Grande do Norte (292%) e de Sergipe (177%). Os dados estão no Atlas da Violência (2017) produzido pelo IPEA.

De acordo com a avaliação do IPEA, o representativo aumento da violência no Brasil trata-se de número exorbitante, que faz com que em apenas três semanas, nos cinco primeiros meses de 2017, o total de assassinatos no país supere a quantidade de pessoas que foram mortas em todos os ataques terroristas no mundo, e que envolveram 498 casos, resultando em 3.314 indivíduos mortos.

Os números apresentados são alarmantes mostrando a realidade em que vive a população. A impressão causada pelos números é a de que a sociedade está vitimizada pelo alarmante declínio das políticas de segurança pública, causando, portanto, uma sensação de que o estado está cada vez mais fragilizado em arcar com a responsabilidade em prestar a segurança adequada à população.

No mapa abaixo, vemos a localização do município de Araguaína e, a seguir, a exposição de dados sobre o número de homicídios.

Figura 3: Localização da Cidade de Araguaína-TO



Fonte: IPEA

Tabela 4 – Índice de homicídios para o município de Araguaína

Taxas de homicídio para o município de Araguaína por 100 mil habitantes	
2010	43,85
2011	41,08
2012	49,96
2013	54,23
2014	41,87

2015	61,70
------	-------

Fonte: IPEA

A média de homicídios em Araguaína (TO) para cada 100 mil habitantes é mais que o dobro da média registrada em todo País. Segundo os dados do IPEA, 69 pessoas foram assassinadas em Araguaína durante todo o ano de 2015. O número representa uma média de 40,54 homicídios por cada 100 mil habitantes; a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera que taxas acima de 10 por 100 mil habitantes são consideradas epidemia.

Os números alarmantes para o indicador de homicídios demonstram que a violência urbana se faz presente em Araguaína em proporções significativamente muito mais elevadas em determinados aspectos do que a observada em algumas metrópoles. Há prosperidade social em determinados segmentos mas, contraditoriamente, há homicídios muito acima da média nacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Araguaína precisa enfrentar grandes desafios quando falamos dos resultados dos índices apresentados. Nesse sentido, o presente trabalho buscou entender a real situação da população mostrando os Índices de Vulnerabilidade Social, Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Humano dos Municípios e de Violência. O estudo apontou que a cidade estudada está em um processo de crescimento, isto pode ser confirmado quando vemos que se trata de uma cidade polo na região e que mostra sua força em atrair significativa atividade econômica das cidades menores a sua volta, sendo referência em crescimento demográfico e econômico. Com a vantagem da exportação, nota-se que a cidade vai aumentando cada vez mais suas possibilidades financeiras, e gerando oportunidades e renda ao município.

Vimos que a cidade apresenta indicadores bastante promissores aos seus habitantes, mas buscamos entender qual a *per capita* realidade em que vive a sociedade araguainense a partir de indicadores que analisam diferentes facetas sociais.

Nos índices, podemos observar algumas contradições nos resultados da pesquisa. O IVS mostra-se mais baixo que o do Estado, expondo que há condições razoáveis no que diz respeito à exposição a vulnerabilidade. Já no IDHM e IDH que se demonstraram altos, observamos que a longevidade, educação e a renda elevaram o índice, somados à média da mortalidade infantil de Araguaína que se mostrou menor que a média nacional, acenando que a perspectiva de vida ao nascer é alta. Podemos dizer, a partir desses índices, que há a chamada prosperidade social. Sua renda *per capita* também se mostrou bastante promissora quando se fala em cidades do mesmo porte.

Contraditoriamente, o índice de violência mostra que o número de homicídios em Araguaína é considerado epidemia, o que concluímos ser uma realidade bem preocupante. Nosso estudo não se aprofundou o bastante para verificar se esses homicídios estão geograficamente concentrados em determinadas localidades do município, pois planejamos verificar tais variáveis em trabalho futuro. No entanto, classificados como epidemia, o número de homicídios em contradição com o IDH, IDHM e IVS nos possibilita traçar paralelos com a definição de fronteira que apresentamos anteriormente, ou seja, acreditamos que a palavra definidora pode ser contradição.

Os resultados do estudo demonstra que Araguaína tem crescido demograficamente e economicamente, mas de uma forma bastante controversa e contraditória. Demonstram também que políticas públicas de grande envergadura implementaram a produção agrícola na região de inserção do município. No entanto, não detectamos a presença de dinâmica similar de intervenção do Estado para minorar as contradições observadas a partir da intensificação da produção agrícola, do crescimento demográfico e econômico acima da média nacional. Contradição.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. D., Saúde e Desenvolvimento Econômico: Atualização de um Tema. **Revista Saúde Pública**, v. 9, p. 515-28, 1975. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v9n4/07pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

ATLAS, **Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

AMMANN, S.B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 1980 São Paulo: Cortez editora.

AMBROMOWAY, M. J. **Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina**; desafios para políticas públicas. Brasília. UNESCO. BID. 2002.

ALTMANN, W. A temática dos indicadores sociais e sua resultante atual: a qualidade de vida. **Indicadores Sociais de Sergipe**, Aracaju, 1981.

ARBLASTER, A. OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Jorge Zahar Editora. Rio de Janeiro: 1996.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Editora Zahar, 2001.

BRASIL, **Atlas da Vulnerabilidade Social**. Disponível em <<http://ivs.ipea.gov.br/ivs/2013>>, Acesso em: 25 jul. 2017.

BRASIL, **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em <<http://ipea.gov.br/atlasviolencia/2013>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

BECKER, D. F. A insustentabilidade do discurso do desenvolvimento sustentável. In: **Estudos do CEPE**, Santa Cruz do Sul, n. 12 p. 23 jul/dez. 2000.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Estratégia Nacional e Desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 26, n. 2, p.203-230, abr/jun.2006.

BRITO, J. L.; GUEDES, L. da S. Caracterização socioeconômica da microrregião geográfica de Araguaína (TO). In: **OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia**, v.6, n.17, p. 91-103, out. 2014.

BECKER, B. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CONTINI, E. **Dinamismo do Agronegócio Brasileiro**. Disponível em< >. Acesso em: 26 jul. 2017.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FUKUDA-PARR, S.; Operacionalizando as idéias de Amartya Sen sobre capacidades, desenvolvimento, liberdade e direitos humanos - o deslocamento do foco das políticas de abordagem do desenvolvimento humano, 2002. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013.

FUKUDA-PARR, Sakiko; SHIVA KUMAR, A. K. Introdução. In: **Desenvolvimento Humano: Leituras selecionadas**. PUC Minas, Belo Horizonte, 2007.

IDALGO, M. O. **Bullying Escolar e Educação**. Disponível em <<http://www.uel.br/grupo-estudo/gaes/pages/arquivos/pdf>>. Acesso em 29 jun. 2017.

INOCÊNCIO, M. E.; CALAÇA, M. Cerrado: fronteira da produção agrícola capitalista do século XX. In: **Anais do XIX ENGA**, São Paulo, 2009.

LAMPREIA, L. F. **Relatório Brasileiro sobre o Desenvolvimento social**. 1995 São Paulo: Cebras 15 e 16 de setembro.

LIMA, A. G.D. Produção e exportação de carne Bovina no estado do Tocantins. In: **Revista Cereus**. Gurupi, 2012.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo, 1997, Ed. Hucitec, 1997.

MESQUITA N. P.; SAPORI, L. F.; WANDERLEY, C. B.; VIEIRA, O. V.; FONTES DE LIMA, F. A. TISCORNIA, S. A. **Violência do cotidiano**. Konrad Adenauer Stiftung, 2001, p.34.

MANKIW, N. G. **Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macroeconomia**. Trad. Maria J. C. M. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MORAIS, I. A. **Araguaína (TO): enquanto cidade média no contexto regional**. Brasília. 2014.

OLIVEIRA, F. A. Questão do Estado Vulnerabilidade Social e Carência de Direitos. **CADERNOS ABONG** – junho de 1995.

ONU. PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. Disponível em <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 03 ago. 2017.

OLIVEIRA, G.B. Uma discussão sobre o conceito de Desenvolvimento. Curitiba. **Revista da FAE**, v.5,n.2,2002

PEREIRA, L. C. O conceito histórico de Desenvolvimento Econômico. In: **Papers**. 2006. Disponível em <w.w.bressespereira.org.br> Acesso em: 12/08/2017

RAMOS, C. **Países desenvolvidos, Subdesenvolvidos e Emergentes**. Disponível em <>. Acesso em 24 jul. 2017.

RAYMON.A.B. **Social indicators**. Austrália. Cambridge, Mass,1966.

SCATOLIN, F. D. **Indicadores de desenvolvimento: um sistema para o Estado do Paraná**. Porto Alegre, 1989. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do rio Grande do Sul.

SOUZA, N. de J. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1993

SANTOS, M. J. Desenvolvimento Econômico Regional – Uma revisão histórica e teórica. In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 8, n. 2, 2012.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. rev. São Paulo: Atlas, 2005.

SEN, A. Prefácio. In: **Desenvolvimento Humano: Leituras selecionadas**. PUC Minas, Belo Horizonte, 2007.

VIEIRA,F.J.E. **Expansão da fronteira agrícola no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

VALVERDE, O.; DIAS, C. **Rodovia Belém-Brasília**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1967.

VASCONCELOS, M. A.; GARCIA, M. E.; **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.